



## Prevenção do cancro cítrico evita prejuízo nos laranjais

O fim da exigência de erradicação de todas as plantas em áreas de laranjais com ocorrência de cancro cítrico superior a 0,5% no Estado de São Paulo, em 2009, contribuiu para a expansão da doença, alerta estudo da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP, em Piracicaba. A pesquisa, que demonstra as vantagens das medidas de prevenção, aponta que a insciência do cancro cítrico aumentou 893% em São Paulo. De acordo com a análise do economista André Sanches, o controle evita a perda do investimento nos pomares e permite um aumento significativo da produção ao longo dos anos.



A obrigatoriedade da erradicação total nas áreas contaminadas deixou de vigorar em 2009, após resolução da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. A questão do horizonte de tempo avaliado mostrou-se fundamental no processo de tomada de decisão em investir na prevenção e controle da doença, ou assumir um cenário de manejo, pois a relação benefício-custo de manter o controle do cancro apresentou diferença expressiva com relação ao cenário doença em expansão, quando avaliado no médio e longo prazos. “As relações benefício-custo

para as situações de prevenção e controle são significativamente superiores, comparadas às do cenário do cancro em plena expansão (sem controle) quando se consideram mais anos de vida para o pomar, de modo que os ganhos da política de defesa fitossanitária são mais claros em uma análise de médio e longo prazos”, destaca Sanches.

No acumulado de cinco anos, a prevenção ao cancro cítrico evita perdas no valor de R\$ 1,61 para cada R\$ 1 investido. Em 20 anos, essa relação benefício-custo passa para R\$12,82. Já no cenário em que 90% dos talhões contaminados não são erradicados, a relação é de menos R\$0,23 em perdas evitadas para cada R\$1 investido no manejo, no acumulado de 5 anos, e de R\$0,35, em 20 anos. Os resultados indicam, ainda, que a diferença entre a produção na situação em que o pomar investe na prevenção ao cancro e a situação em que a doença se expande sem controle aumenta significativamente ao longo do tempo. Essa diferença, no acumulado de cinco, 10, 15 e 20 anos, é de cerca de 17,8; 113,3; 322,8 e 611,7 milhões de caixas, respectivamente, em favor do cenário de prevenção.

“Estes resultados (em termos de redução na produção) não consideram o fato do cancro causar prejuízos ainda mais drásticos quando parte das frutas produzidas é destinada ao mercado de mesa e não apenas ao industrial”, lembra o economista. “Ressalta-se que o cancro cítrico compromete a comercialização da fruta, pois além de impedir o transporte, afeta significativamente sua qualidade”.

### Prevenção

O estudo contribuiu para a definição da estratégia adotada pela iniciativa privada quanto à prevenção e controle da doença já que os impactos econômicos, embora medida durante a análise apenas no segmento de produção agrícola, tendem a se disseminar ao longo da cadeia produtiva, atingindo a indústria processadora, a de insumos e consumidores domésticos e internacionais.

“Os resultados corroboram as vantagens econômicas de manter o cancro cítrico sob controle no Estado de São Paulo”, destaca Sanches. “No médio e longo prazos, a escolha do setor como um todo, de investir no controle e, principalmente, na prevenção à doença é financeiramente melhor comparada à opção de

apenas um percentual do parque citrícola fazer o controle, e mesmo melhor do que a opção pelo convívio com a doença, como ocorre no Paraná”, finaliza.

O trabalho, desenvolvido no programa de Pós-graduação em Economia Aplicada da Esalq, teve orientação de Silvia Helena Galvão de Miranda, professora do departamento de Departamento de Economia, Administração e Sociologia (LES). A pesquisa teve duração de dois anos, de janeiro de 2011 à dezembro de 2012, e contou com o apoio técnico e financeiro do Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus) para o desenvolvimento da pesquisa.

“O projeto foi todo conduzido na Esalq, mas foram realizadas reuniões entre pesquisadores e profissionais do setor citrícola, entre eles produtores e consultores, bem como visitas a pomares em regiões que vivem o problema do cancro”, explica Sanches. “O objetivo dessa interação com o setor foi tornar os parâmetros adotados nas simulações mais próximos possíveis do que, de fato, é observado no campo”.

Neste estudo, foram considerados custos com a inspeção e a erradicação das plantas contaminadas. “Como alguns produtores já adotam pulverização do pomar com cúpricos, esta também foi adicionada como componente dos custos de manejo da doença”, ressalta o economista. “Um custo adicional ao setor produtivo não considerado neste trabalho é o do replantio das plantas cuja suscetibilidade à doença é mais elevada, as chamadas variedades precoces, cuja produção é inviável num cenário de convívio com a doença”, reforça Sanches. Estima-se que, atualmente, 20% do parque citrícola paulista é composto por variedades precoces.

*Foto: Sxc.hu*